

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400003

DOI: 10.1590/S0101-66282010000400003

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2010 by Cortez. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

A crise, o desemprego e alguns desafios atuais*

Crisis, unemployment and some current challenges

Ricardo Antunes**



Resumo: Este texto pretende indicar algumas das tendências presentes na crise atual e de que modo ela afeta intensamente a esfera do trabalho em escala global, seja por meio da erosão do trabalho contratado e regulamentado, seja pelo advento ou intensificação das mais diversas formas que encobrem mecanismos de maior exploração do trabalho, seja pela ampliação do desemprego estrutural. Além de apresentar algumas das presenças mais destrutivas em relação ao trabalho, o texto mostra como os capitais transnacionais buscam, nessa processualidade crítica, ampliar ainda mais o desmonte da legislação trabalhista. Por fim, esboça o desenho de um *modo de vida alternativo*, indicando alguns de seus principais mecanismos.

Palavras-chave: Crise e desemprego. Crise e precarização. Trabalho e informalidade. Crise e alternativas.

Abstract: This article intends to indicate some tendencies that are present in the current crisis and the way this crisis affects work intensely in global scale, either because of the erosion of hired and regulated work, or because of the introduction or intensification of several ways to hide mechanisms of bigger work exploitation, or because of the enlargement of structural unemployment. Besides introducing some of the most destructive presences related to work, the article shows how transnational capital tries to enlarge the dismantling of the labor legislation. Finally, it draws an alternative way of living, showing some of its main mechanisms.

Keywords: Crisis and unemployment. Crisis and precarious conditions. Work and informality. Crisis and alternatives.

* Este texto, que serviu de base para nossa apresentação no 3º Seminário Anual de Serviço Social na mesa “Cenários da crise do capitalismo e alternativas econômicas e políticas”, teve algumas de suas ideias publicadas parcialmente na revista *Participação* (Portugal).

** Professor titular de Sociologia no IFCH/Unicamp-Campinas/SP, Brasil; autor, entre outros livros, de *Adeus ao trabalho?* (14. ed., rev. e ampl., Cortez); *Os sentidos do trabalho* (Boitempo); *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* (co-organiz. com Ruy Braga, 2009, Boitempo). Coordena a coleção Trabalho e Emancipação (Ed. Expressão Popular) e Mundo do Trabalho (Boitempo). E-mail: rantunes@unicamp.br.

I. Uma nota sobre a crise atual

Estamos presenciando, no meio do furacão da crise global do sistema capitalista — que vem atingindo o coração do sistema capitalista, ou seja, o conjunto dos países centrais do Norte do mundo —, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, herdeiro das eras taylorista e fordista, que foi dominante no século XX e que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que mascaram frequentemente a autoexploração do trabalho. E presenciando também a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, sendo que estes últimos são os primeiros a ser penalizados.

Recentemente, numa manifestação de trabalhadores britânicos havia um cartaz que estampava os seguintes dizeres: “Empreguem primeiro os trabalhadores britânicos”. Esta manifestação era contrária à contratação de trabalhadores imigrantes italianos e portugueses. Na Europa, Japão, Estados Unidos e em tantas outras partes do mundo, manifestações semelhantes se espalham.

E, além dessa precarização estrutural do trabalho, aumenta de modo intenso o desemprego mundial. A OIT, com dados que são moderados, em recente relatório projetou 50 milhões de desempregados ao longo deste ano. Bastaria uma que uma das grandes montadoras dos Estados Unidos fechasse e teríamos muitos milhares de novos desempregados.

Na Europa, os jornais listam diariamente milhares de novos desempregados. Os dados da OIT ainda acrescentam que cerca de 1,5 bilhão de trabalhadores sofrerão forte erosão salarial e aumento do desemprego nesse próximo período, conforme o Relatório Mundial sobre Salários 2008/2009.

Na China, com quase 1 bilhão de trabalhadores ativos, 26 milhões de ex-trabalhadores rurais que estavam trabalhando nas indústrias das cidades acabam de perder seus empregos e não têm como encontrar trabalho no campo. Uma nova onda de revoltas começa a se espalhar pela China.

Na América Latina a OIT antecipou que, devido à crise “até 2,4 milhões de pessoas” poderiam “entrar nas filas do desemprego regional em 2009”, somando-se aos quase 16 milhões hoje desempregados. E isso sem incluir o

“desemprego oculto”, que esconde as taxas reais de desemprego (*Panorama Laboral para América Latina e Caribe*, janeiro de 2009)

Nos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Grécia, Portugal, os índices de desemprego que acabam de ser divulgados são os maiores das últimas décadas. É por isso que empresários pressionam, em todas as partes do mundo, para aumentar a flexibilidade da legislação trabalhista, com a falácia de que assim preservam empregos. Mas seria suficiente lembrar que nos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Argentina, para dar alguns exemplos, essa flexibilização foi intensa e o desemprego só vem aumentando.

II. A precarização estrutural do trabalho

E neste contexto, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. E flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro.

Querem, de todo modo, fazer proliferar as distintas formas de “trabalho voluntário”, terceirizado, subcontratado, de fato *trabalho precarizado*. Outra manifestação desse processo de exploração do trabalho é o chamado “empreendedorismo”, que frequentemente se configura como forma oculta de trabalho assalariado e instável.

Se estas são algumas das respostas do capital para sua crise estrutural, as respostas das forças sociais do trabalho devem ser radicais.

Vale aqui lembrar uma contradição vital que entrelaça a sociedade do capital de nossos dias: quando os empregos se reduzem, aumenta o desemprego, a degradação social e a barbárie. Se, em contrapartida, o capital retomar os níveis de crescimento, aumentará a destruição ambiental e a degradação da natureza, acentuando a lógica destrutiva do capital. Só esta menção já nos permite visualizar o tamanho da crise estrutural que atinge a (des)sociabilidade contemporânea, afetando mais intensamente a *classe-que-vive-do-trabalho* em escala global.

III. Por um novo sistema de metabolismo societal

Criar um *modo de produção e de vida* radicalmente distinto do atual é, portanto, um desafio vital. A construção de uma nova vida, dotada de sentido, recoloca, portanto, neste início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de metabolismo social, de um novo *modo de produção* fundado na *atividade* autodeterminada. Atividade baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para a reprodução do capital.

Seus princípios constitutivos centrais são:

- 1) o sentido essencial da produção e da vida devem estar voltados exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais;
- 2) o exercício do trabalho deverá ser sinônimo de atividade livre, baseada no *tempo disponível*, fundado nas necessidades humano-sociais.

Durante a vigência do capitalismo, o *valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca*, que passou a comandar a lógica do sistema de produção do capital.

As funções produtivas e reprodutivas básicas foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* (os trabalhadores) e aqueles que *controlam* (os capitalistas e seus gestores). Como disse Marx, o capital operou a separação entre trabalhadores e meios de produção, entre *o caracol e a sua concha* (Marx, *O capital*).

Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades societais, o capital instaurou um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade*.

Desse modo, a construção de um novo modo de vida e de produção, voltado para o atendimento das necessidades humano-sociais é o primeiro desafio mais profundo da humanidade neste novo século que se inicia.

Não deveremos ter nenhuma ilusão quanto às possibilidades de reforma e humanização do sistema sociometabólico vigente: ele tem uma lógica intrinsecamente destrutiva, traço que se acentuou sobremaneira nos últimos quarenta

anos, em especial a partir da monumental reestruturação produtiva do capital em escala global.

E uma nova forma de sociedade apenas será dotada de sentido e efetivamente emancipada quando as suas funções vitais, controladoras de seu sistema de metabolismo social, como tantas vezes indicou István Mészáros, *forem efetivamente exercidas autonomamente pelos produtores associados, e não por um corpo exterior e controlador dessas funções vitais*.

A crise atual, seu traço agudamente destrutivo, quer no que tange à enorme massa de desempregados que está aumentando a cada dia em escala mundial, quer pela lógica que destrói a natureza num patamar jamais visto, tudo isso nos obriga a refletir, imaginar e pensar numa outra forma de sociabilidade autenticamente socialista, capaz de resgatar o sentido humano e social da produção, *desestruturando* o capital e, desse modo, gerando as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, o que já seria um começo para o socialismo do século XXI.

Artigo recebido em ago./2010 ■ Aprovado em ago./2010